

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 5

Quinta-feira, 7 de Abril de 1978

SUMÁRIO

MINISTRO DA REPÚBLICA

Despacho de 28 de Fevereiro:

Aprova o Plano Básico Preliminar para o Serviço Regional de Protecção Civil.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 18/78/M:

Regulamenta as Leis n.ºs 76/77 e 77/77, de 29 de Setembro, com vista à sua aplicação na Região Autónoma da Madeira — Cria o Conselho Regional de Agricultura.

Decreto Regional n.º 19/78/M:

Cria na Região Autónoma da Madeira o Conselho Regional do Plano.

Decreto Regional n.º 20/78/M:

Cria a Casa da Cultura da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 58/78:

Transfere para o Ministério da Indústria e Tecnologia os poderes tutelares conferidos ao Ministério das Obras Públicas relativos à Empresa de Electricidade da Madeira (EEM).

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GABINETE DO MINISTRO DA REPÚBLICA

Despacho de 28 de Fevereiro

1 — Considerando o despacho conjunto de 10

de Janeiro de 1978 que cria a Comissão Instaladora do Serviço Regional de Protecção Civil;

2 — Considerando o Plano Básico Preliminar elaborado por esta Comissão e entregue em 26 de Janeiro de 1978;

3 — Considerando que o referido Plano Básico Preliminar mereceu a concordância de cada uma das entidades que por despacho conjunto determinaram a sua elaboração;

4 — Nestes termos, é aprovado o Plano Básico Preliminar para o Serviço Regional de Protecção Civil, a cuja efectivação se deverá proceder de imediato.

Gabinete do Ministro da República, 28 de Fevereiro de 1978 — O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 18/78/M

A Lei n.º 76/77 e a Lei n.º 77/77, ambas de 29 de Setembro, definiram, respectivamente, o regime de arrendamento rural e as bases gerais da Reforma Agrária.

Há pois agora que ter em conta as especificidades da Região Autónoma da Madeira.

Nos termos da alínea c) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, compete à Assembleia Regional da Madeira regulamentar as leis gerais emanadas dos órgãos de soberania que não reservarem para estes o respectivo poder regulamentar.

Interessa, pois, prever a criação do Conselho Regional de Agricultura e definir a competência dos órgãos de governo próprio da Região, bem

como adaptar o formalismo exigido pelos contratos de arrendamento rural às características de um território onde 95% das explorações agrícolas têm menos de 1 ha, 85% menos de 5 000 m² e 36% menos de 1 000 m².

Na sequência da criação do regime de crédito agrícola, prometida na Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro, há já que ir prevendo a sua adaptação às características desta Região Autónoma.

Assim, a Assembleia Regional da Madeira determina para valer como lei:

Artigo 1.º — Nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro, é criado o Conselho Regional de Agricultura.

Art. 2.º — 1 — O Conselho Regional de Agricultura é constituído por:

- a) Três membros designados pelo Governo Regional;
- b) Dois membros designados pelas organizações de trabalhadores agrícolas;
- c) Dois membros designados pelas organizações de pequenos e médios agricultores;
- d) Dois membros designados pelas cooperativas agrícolas.

2 — O Governo Regional designará, de entre os seus três representantes, o presidente do Conselho Regional de Agricultura.

3 — O Governo Regional submeterá à Assembleia Regional, no prazo de seis meses, a aprovação dos Estatutos do Conselho Regional de Agricultura.

Art. 3.º Na Região Autónoma da Madeira, é da competência do Governo Regional o disposto no n.º 5 do artigo 39.º da Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro.

Art. 4.º — 1 — Os arrendamentos rurais serão obrigatoriamente reduzidos a escrito quando a superfície agrícola útil seja igual ou superior a meio hectare.

2 — A obrigatoriedade a que alude o número anterior não se aplica aos arrendamentos do agricultor autónomo.

3 — Decorridos seis anos após a vigência desta lei, todos os contratos de arrendamento rural serão obrigatoriamente reduzidos a escrito.

4 — Os contratos de arrendamento rural não estão sujeitos a registo predial e ficam isentos de qualquer imposto, taxa ou emolumento, ainda que reduzidos a escrito.

Art. 5.º Na Região Autónoma da Madeira, são atribuídas aos competentes serviços do Governo Regional as seguintes matérias da Lei n.º 76/77, de 29 de Setembro:

- a) O parecer a que alude o n.º 3 do artigo 8.º;
- b) O parecer a que alude o n.º 1 do artigo 15.º;
- c) O apoio previsto no n.º 4 do artigo 38.º;
- d) A intervenção prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 39.º;
- e) A recepção do duplicado a enviar pela comissão concelhia de arrendamento rural, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º;
- f) A aprovação prevista no n.º 1 do artigo 45.º;
- g) A aprovação de planos, referida no n.º 2 do artigo 47.º.

Art. 6.º Na Região Autónoma da Madeira, são da competência do Governo Regional as seguintes matérias previstas na Lei n.º 76/77, de 29 de Setembro:

- a) A faculdade atribuída ao Ministro da Agricultura e Pescas no artigo 10.º;
- b) A competência do Estado constante do n.º 5 do artigo 29.º;
- c) A competência do Ministro da Agricultura e Pescas prevista no n.º 1 do artigo 40.º;
- d) A autorização prevista no artigo 46.º.

Art. 7.º — 1 — O Governo Regional proporá à Assembleia Regional um regime de crédito agrícola que tenha em conta as características específicas da Região.

2 — A proposta referida no número anterior haverá ser apresentada até seis meses a contar da data da criação do Instituto de Crédito Agrícola, prevista no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro.

Art. 8.º À comissão concelhia de arrendamento

rural compete dar parecer sobre problemas relacionados com arrendamento sempre que seja solicitado pelos órgãos de governo próprio da Região ou por departamentos do Governo Regional ligados ao sector agrário, para além das entidades previstas na alínea e) do n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 76/77, de 29 de Setembro.

Art. 9.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 21 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 9 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 19/78/M

Estabelece a Lei n.º 31/77, de 23 de Maio, a forma de participação das regiões autónomas na elaboração do Plano nacional, bem como a harmonização e articulação dos planos económicos regionais com o Plano nacional.

Na Região Autónoma da Madeira justifica-se a criação de um conselho regional do Plano, agrupando representantes dos órgãos de governo próprio da Região, das autarquias locais, das associações sindicais, do sector público, cooperativo e privado. A este conselho regional compete assegurar a intervenção das estruturas representativas das populações, informando oportunamente o Governo Regional e a Assembleia Regional sobre assuntos ligados ao Plano, designadamente aspirações comunitárias, bem como pronunciar-se sobre a elaboração do Plano regional e participar no controlo da sua execução.

Nestes termos, de acordo com a alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Madeira aprova, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado na Região Autónoma da Madeira o Conselho Regional do Plano.

Art. 2.º — 1 — O Conselho Regional do Plano tem a seguinte composição:

a) Um presidente e um vice-presidente eleitos pela Assembleia Regional;

b) Dois representantes das autarquias locais eleitos por delegados das assembleias municipais. Para este efeito, cada assembleia municipal elegerá um delegado;

c) Dois representantes designados pelas associações sindicais ou estruturas sindicais com assento na Região da Madeira;

d) Dois representantes do sector cooperativo a designar pelas unidades cooperativas, sendo um obrigatoriamente representante do sector da agricultura;

e) Dois representantes do sector público a designar pelo Governo Regional com a intervenção da Secretaria Regional de Planeamento e Finanças;

f) Dois representantes do sector privado a designar pelas associações regionais representativas dos principais sectores da actividade;

g) Um representante de cada um dos grupos parlamentares da Assembleia Regional;

2 — Os representantes da Região Autónoma da Madeira no Conselho Nacional do Plano farão obrigatoriamente parte do Conselho Regional do Plano.

Art. 3.º São atribuições do Conselho Regional do Plano:

a) Assegurar, a nível de sector ou regional, a intervenção das estruturas representativas das populações, nos termos da lei, informando oportunamente os órgãos de governo próprio da Região sobre qualquer irregularidade verificada;

b) Pronunciar-se sobre as opções, objectivos e metas gerais do Plano regional, antes da sua aprovação pelos órgãos de governo próprio da Região;

c) Participar no controlo da execução do Plano regional, emitindo parecer sobre relatórios que devam ser apreciados pelos órgãos de governo próprio da Região;

d) Apreciar regularmente a evolução da situação sócio-económica, bem como as principais medidas de política económica;

e) Acompanhar a actuação dos representantes da Região Autónoma da Madeira no Conselho Nacional do Plano;

f) Propor à Assembleia Regional a aprovação do seu estatuto.

Art. 4.º Para a execução das suas tarefas, terá o Conselho Regional do Plano acesso a toda a informação, designadamente a que se encontra na Direcção de Planeamento dependente do Governo Regional, tendo ainda a faculdade de requerer ao Governo depoimentos ou esclarecimentos de técnicos da Secretaria Regional de Planeamento e Finanças ou de outros serviços públicos da Região.

Art. 5.º O Conselho Regional do Plano deve pronunciar-se nos prazos determinados na lei ou solicitados pelos órgãos de governo próprio da Região, entendendo-se como dada a sua concordância quando o não fizer.

Art. 6.º O Conselho Regional do Plano apresenta anualmente ao Governo Regional a sua proposta de orçamento interno.

Art. 7.º Os representantes designados pelos órgãos de governo próprio da Região constituem a comissão instaladora, a qual deverá promover a primeira reunião do Conselho Regional do Plano no prazo máximo de sessenta dias posteriores à publicação do presente diploma.

Art. 8.º O Governo Regional regulamentará este decreto regional.

Art. 9.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 28 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 16 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 20/78/M

A análise do plano cultural desta Região pode esclarecer o tipo de preocupações convergentes, de modo a evitar acções culturais paralelas, e criar uma gestão mais racionalizada de verbas, para in-

tervenção sobre a finalidade, autenticidade e dimensionamento das realizações culturais.

Assim, é urgente dotar a Região Autónoma da Madeira das necessárias infra-estruturas culturais, bem como promover o apoio às iniciativas que, no convívio associativo, se têm desenvolvido nesse campo. Tal desenvolvimento deverá processar-se sem qualquer espécie de dirigismo cultural, respeitando os princípios constitucionais em matéria de liberdade de cultura.

A evidência da importância desta instituição, já prevista, e agora proposta, o exemplo multiplicado de casas de cultura em outros centros e regiões dispensam qualquer outra sugestão a seu favor.

Nestes termos, de acordo com a alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira aprova, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1.º É criada a Casa da Cultura da Madeira.

Art. 2.º — A Casa da Cultura da Madeira promoverá e apoiará, designadamente no campo financeiro, iniciativas culturais, nomeadamente nos domínios da literatura, artes plásticas, teatro, música e cinema, desde que integradas no espírito democrático, pluralista e antitotalitário da Constituição Política da República.

Art. 3.º O Governo Regional nomeará a direcção e o presidente da Casa da Cultura da Madeira. O presidente será uma personalidade de reconhecido mérito no domínio da cultura madeirense.

Art. 4.º — 1 — A direcção da Casa da Cultura da Madeira é coadjuvada por um conselho cultural.

2 — O conselho cultural tem a seguinte composição:

a) Representantes designados pela Assembleia Regional;

b) Representantes designados pelas autarquias locais;

c) Representantes designados por associações culturais existentes na Região;

d) Representantes dos órgãos directivos dos estabelecimentos de ensino superior, médio e secundário;

- e) Técnicos do ensino primário e do ensino preparatório.

Art. 5.º O Governo Regional elaborará, no prazo máximo de noventa dias, por intermédio da Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC), a regulamentação do presente diploma.

Art. 6.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 21 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 9 de Março de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*

////////////////////////////////////

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Conforme o preceituado no art.º 8.º alínea a), do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcrevemos o seguinte diploma:

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 58/78

de 1 de Abril

Tendo em conta a distribuição das competências dos diversos departamentos governamentais e a necessidade de uma mais correcta atribuição dos poderes tutelares em função do normal desempenho das actividades próprias das empresas públicas;

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Art. 1.º Os poderes tutelares conferidos pelos Decretos-Leis n.ºs 12/74, de 17 de Janeiro, e 583/74, de 5 de Novembro, ao Ministério das Obras Públicas relativos à Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) são transferidos para o Ministério da Indústria e Tecnologia.

Art. 2.º Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Mário Soares — Lino Dias Miguel — Carlos Montês Melância — António Francisco Barroso de Sousa Gomes.

Promulgado em 18 de Março de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Preço deste número: 9\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre 650\$
A 1.ª série 650\$	» 350\$
A 2.ª série 650\$	» 350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»